

## Royalties e infraestrutura em Macaé



Vista aérea de Macaé  
crédito da imagem: Prefeitura de Macaé

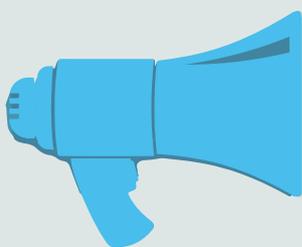
Macaé, a Capital Nacional do Petróleo, tem sua trajetória de mudanças econômicas e crescimento populacional diretamente relacionada à indústria do petróleo. A partir de 1997, quando houve a quebra do monopólio da Petrobras como única exploradora de petróleo no Brasil, a cidade viu o setor petrolífero aquecer e prosperar com a chegada de petroleiras estrangeiras. Com os grandes investimentos e empresas se instalando no município, a produção de petróleo aumentou, assim como os *royalties* e as participações especiais destinadas ao município, como vemos no quadro abaixo.

Arrecadação dos <i>royalties</i> no Município de Macaé			
TOTAL		2013	R\$ 466.531.575,52
2000	R\$ 67.461.252,65	2014	R\$ 491.526.473,38
2005	R\$ 264.821.319,92	2015	R\$ 348.671.477,28
2010	R\$ 356.017.093,59	2016	R\$ 293.495.326,33
2012	R\$ 476.924.994,43	2017	R\$ 394.501.266,54

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Por definição, os *royalties* são uma compensação devida à sociedade pela exploração de recursos que não são renováveis. Os números mostram que durante quase 15 anos essa remuneração cresceu em Macaé, assim como os impactos da indústria do petróleo e, apesar da crise no setor em 2015, Macaé teve uma recuperação da receita referente aos *royalties*, recebendo R\$394.501.266,54 no ano de 2017, valor muito superior ao do ano de 2016, quando o município recebeu R\$293.495.326,33.

## VOCÊ SABIA?



A ANP lançou um aplicativo com informações de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo. Nele o usuário poderá acessar quanto seu município recebeu de *royalties* e/ou participações especiais em determinado período.

Além disso, a ferramenta disponibiliza todas as notícias publicadas no Portal da ANP e atualizações periódicas sobre a (E&P). O aplicativo está disponível para *download* gratuito para os sistemas Android e IOS.

Como vimos no primeiro boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé, grande parte das receitas petrolíferas do município vem da parcela conhecida como “royalties até 5%”, principalmente porque a cidade de Macaé concentra um grande número de instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural. Esses primeiros 5% estão previstos pela Lei 7.525/1986, que estipula que os estados e municípios devem aplicar os recursos exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico. A Lei 10.195/2001 incluiu uma cláusula permitindo que os royalties também sejam aplicados na capitalização de fundos de previdência bem como no pagamento de dívidas para com a União e suas entidades.

Macaé também recebe “royalties acima de 5%”, por ser um município produtor e diretamente afetado pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás, mas há uma grande diferença entre a divisão de valores dessa parcela e a parcela “até 5%”. Por estarem orientados por leis diferentes, os “royalties até 5%” e “royalties acima de 5%” têm regras de uso diferentes, como mostra o quadro abaixo:

	<b>Royalties até 5%</b>	<b>Royalties acima de 5%</b>	<b>Participação especial</b>
<b>Contratos anteriores a 03/12/12</b>	<p><b>Obrigatório:</b> Energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, irrigação, proteção ao meio ambiente (Lei 7.525/1986),</p> <p><b>Permitido:</b> Capitalização de fundos de previdência (Lei 7.990/1989, art. 8º, § 2º).</p> <p><b>Não pode:</b> Pagar dívidas (exceto com a União) ou pagar pessoal permanente (exceto professores em efetivo exercício na rede pública) (Lei 7.990/1989, art. 8º)</p>	<p>Há diferentes interpretações da legislação, mas o entendimento mais comum é:</p> <p><b>Pode:</b> aplicações diversas (a Lei 9.478/1997 nada proíbe), exceto pagamento de dívidas e de pessoal permanente.</p> <p><b>Obs.:</b> Permite-se pagar dívidas com a União e pagar salários de professores em efetivo exercício na rede pública. (Lei 12.858/2013)</p>	<p>Há diferentes interpretações da legislação, mas o entendimento mais comum é:</p> <p><b>Pode:</b> aplicações diversas (a Lei 9.478/1997 nada proíbe), exceto pagamento de dívidas e de pessoal permanente.</p> <p><b>Obs.:</b> Permite-se pagar dívidas com a União e pagar salários de professores em efetivo exercício na rede pública. (Lei 12.858/2013)</p>
<b>Contratos posteriores a 03/12/12</b>	<p><b>Obrigatório:</b> 25% para saúde e 75% para educação (Lei 2.858/2013)</p>	<p><b>Obrigatório:</b> 25% para saúde e 75% para educação</p>	<p><b>Obrigatório:</b> 25% para saúde e 75% para educação</p>

A maioria dos poços explorados na costa de Macaé e no litoral de todo o estado do Rio, que geram os *royalties* para o município, são de contratos anteriores a 2012, descobertos ao longo das primeiras décadas de exploração de petróleo na região. Portanto, a maioria dos *royalties* que o município recebe não está sujeita à obrigatoriedade de se aplicar em saúde e educação.

A população da cidade, que é considerada uma das mais ricas da Bacia de Campos, enfrenta grandes problemas de infraestrutura básica. Mesmo recebendo grandes valores de “*royalties* até 5%”, parte da rede de esgoto e água não funciona direito, como conta um morador da Comunidade Nova Esperança, que prefere não se identificar e diz sofrer com o precário abastecimento de água e com a falta de esgotamento sanitário correto: “A água, quando chega, é precária, com mau cheiro e contaminada, já que chega misturada com esgoto, porque os canos que colocamos pra levar a água estão sempre danificados”. Essa situação é extremamente preocupante, pois, como destaca a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), a falta de saneamento básico pode facilitar a proliferação de doenças, como diarreias, cólera, leptospirose e ainda o agravamento de epidemias como a zica e a dengue.

## FIQUE LIGADO!

O direito ao saneamento básico está garantido pelo Plano Diretor do Município de Macaé (Lei Complementar nº 076/2006) que obriga o governo municipal a traçar estratégias e políticas públicas que garantam seu acesso.

Mas a precariedade do serviço de infraestrutura básica é apenas um dos problemas para as cidades que são afetadas pela cadeia produtiva do petróleo e gás. Entender esses problemas, suas relações com a indústria do petróleo e a importância do controle social dos *royalties* e das participações especiais é um dos objetivos do Núcleo de Vigília Cidadã. O NVC é um grupo formado por representantes de vários bairros de Macaé, que se reúnem para debater e discutir de forma coletiva os temas ligados a essas rendas petrolíferas.

Venha nos conhecer e se informar, na sede do projeto Territórios do Petróleo: Rua Dr. João Cupertino, nº 321, Centro, Macaé (em frente à Praça Veríssimo de Melo).

Até a próxima edição de Rede Territórios do Petróleo – Macaé.

O boletim Rede Territórios do Petróleo - Macaé é uma produção coletiva do Núcleo de Vigília Cidadã do município, com o auxílio e a moderação da equipe técnica do projeto e da Petrobras

Endereço: Rua Dr. João Cupertino, 311 - Centro - CEP: 27913-060 - Macaé/RJ  
(22) 3083-0884  
<http://territoriosdopetroleo.eco.br>